A POBREZA NO PARAÍSO TROPICAL: INTERPRETAÇÕES E DISCURSOS SOBRE O BRASIL*

JOÃO MIGUEL SAUTCHUK
Doutorando em Antropologia
Universidade de Brasília (UnB)

Em seu livro, Marcia Anita Sprandel defende que o "problema da pobreza", ou a "pobreza" como problema, é uma preocupação historicamente recente no pensamento social brasileiro, nos discursos e nas representações internas ao campo político do Brasil. Se discursos contemporâneos consideram a pobreza no país como um problema secular (remetendo suas origens a 1500), é somente na década de 1980 que ela se torna tema central de reflexão e de ação política. A autora coloca como objetivo principal do livro a elucidação de como se deu, no Brasil, a construção da pobreza como problema nacional. Ela se propõe a identificar as formas como a "pobreza" foi representada no pensamento social brasileiro no decorrer do século XX. Por pensamento social brasileiro, Sprandel entende uma produção intelectual mais abrangente que o campo específico das ciências sociais. Assim, na análise empreendida, além de trabalhos de antropólogos e sociólogos, tornaram-se relevantes escritos de literatos, historiadores, médicos, geógrafos, economistas, políticos e estudiosos de formações diversas.

Sprandel prefere não definir um conceito de pobreza, procurando interpretar as representações desta em cada contexto histórico, e evitando fazer dos sentidos contemporâneos do termo uma referência interpretativa para a leitura dos diversos textos analisados. Inspirada por Pierre Bourdieu, a autora aborda os discursos políticos ou intelectuais tendo em mente sua eficácia simbólica e sua capacidade de construir e de classificar a realidade (: 12). Considerando o lugar da pobreza nas representações sociais, apóia-se na per-

* Todos os autores citados nessa crítica são do livro resenhado.

cepção de Norbert Elias de que a consciência contemporânea recusa a idéia de que a pobreza seja uma determinação do destino. Nesse sentido, recorre à interpretação de Roberto Da Matta sobre a pobreza como categoria estrutural das sociedades ocidentais. Segundo Da Matta, na Europa medieval a pobreza era definida predominantemente não por fatores socioeconômicos, mas entendida como uma qualidade ou condição pessoal. Constituía uma categoria moral relacionada à "riqueza" e complementar a esta. No decorrer de longos processos históricos, essa moralidade relacional, que via a "pobreza" como parte constitutiva da sociedade, cedeu lugar a outra, que entende a "pobreza" como um problema social e atribui ao Estado (e não mais ao rico) a responsabilidade de sobrevivência e controle das populações pobres.

Embora não se proponha a fazer um estudo hitoriográfico exaustivo, a autora trabalha com um leque bastante variado de pensadores brasileiros, que inclui o contexto do final do século XIX e início do XX (quando a "pobreza" aparecia como tema secundário em debates sobre raça, saneamento, clima, etc.), os modelos de explicação histórica da Nação propostos por Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior, e diversas tendências das ciências sociais brasileiras desde sua institucionalização na década de 1930 (contemplando, por exemplo, análises de classe motivadas pelas questões de desenvolvimento, pesquisas sobre relações raciais, estudos antropológicos em populações pobres específicas, análises sobre desemprego e mercado informal, etc.). Sprandel mantém-se bastante crítica diante do discurso "tecnocrata" do final do século XX, que, tratando a "pobreza" como "problema nacional", a define a partir de indicadores numéricos. Essa tendência, bastante influenciada pelo discurso de organismos internacionais, tornou-se predominante nas falas e ações do Estado brasileiro acerca do problema da pobreza, o que a autora mostra com nitidez na análise que faz dos trabalhos da Comissão Mista de Combate à Pobreza instalada no Congresso Nacional, no segundo semestre de 1999. Nessa pesquisa, Sprandel afirma que sua dupla identidade de antropóloga e assessora parlamentar no Congresso Nacional (tendo trabalhado diretamente com senadores integrantes da Comissão Mista) possibilitou-lhe o encontro com dados que não seriam facilmente obtidos por pesquisadores em outra condição.

Empregando o conceito de "fato moderno" de Mary Poovey, a autora critica a "lógica de rompimento da conexão entre descrição e teoria" pretendida por esse discurso. Tal conceito refere-se à concepção moderna do "fato" como unidade de conhecimento imune a crenças, teorias e

valorações. Os números seriam então consagrados como a forma mais transparente e desinteressada de representação dos fatos. Uma implicação problemática dessa crença na objetividade dos números é a construção da pobreza como uma categoria universal, definida por indicadores numéricos que dão pouca atenção às especificidades de cada contexto social.

O livro, que traz a um público mais amplo o conteúdo da tese de doutorado em antropologia social defendida pela autora na Universidade de Brasília, em 2001, é dividido em três capítulos que seguem uma ordem cronológica. No primeiro capítulo, Sprandel aborda o tratamento dado à pobreza nas últimas décadas do século XIX e primeiras do XX por "autores clássicos do pensamento social brasileiro" (: 16) como Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Manuel Bomfim, Paulo Prado, Gilberto Freyre e Monteiro Lobato (para citar apenas alguns dos mais conhecidos). Nesse período, as elites políticas e intelectuais brasileiras, recorrendo a fundamentos teóricos diversos como o positivismo e o darwinismo social, deflagram debates relativos à construção da Nação, tomando como grandes problemas o clima, a doença, a miscigenação racial e a dificuldade de organizar social e politicamente um país "sem povo". Embora emergisse com relativa freqüência, o tema da pobreza não constituía o objeto principal desses debates. A pobreza servia de apoio e evidência argumentativa nas discussões centrais do momento, na medida em que era naturalizada como conseqüência da mestiçagem, do clima, da natureza pródiga, das epidemias e da desorganização política e social.

Uma das interpretações da sociedade brasileira correntes nesse período via a prodigalidade e a fartura da natureza como causas do fracasso brasileiro no estabelecimento de uma civilização. José Bonifácio, nas primeiras décadas do período imperial, Capistrano de Abreu e Alberto Torres no início do século XX, apontavam a fartura natural e a decorrente facilidade de subsistência como culpadas pela aversão ao trabalho e pela ausência de moldes racionais a guiar a produção econômica.

Tal espírito pessimista das elites intelectuais da época manifestou-se intensamente nos debates sobre a composição racial da população brasileira, tendo como questão central a degenerescência provocada pela mistura das raças. Sprandel afirma que, a partir de 1870, as teorias raciais transformaram-se em um forte argumento em favor do estabelecimento das diferenças sociais, ocultando o "pobre" no "negro" ou no "mestiço" (: 27). E, pelo menos até 1930, um conjunto proeminente de cientistas, políticos, juristas, médicos e intelectuais – dentre os quais Euclides da Cunha e Nina Rodrigues –

assumiu um determinismo racial variante como modelo de explicação e intervenção nos destinos nacionais. "Nesses modelos, a pobreza seria uma constante coadjuvante, senão uma decorrência da mestiçagem das raças antagônicas" (: 32).

Esse discurso não era, porém, unânime. Ainda na primeira metade do século XIX, José Bonifácio atribuía a estagnação de engenhos e lavouras à inércia dos senhores. Na década de 1880, Joaquim Nabuco critica em seu *O abolicionismo* o sistema latifundiário e escravista. Para ele, havia uma relação de causalidade entre escravidão e pobreza, pois o regime de escravidão intensificava a dependência dos homens livres à aristocracia rural, sendo responsável pela ruína econômica do país. Além disso, Nabuco, como tantos outros, não via a mestiçagem de maneira negativa, e considerava que o problema do país não era a raça negra, mas a redução desta às condições do cativeiro. Manuel Bomfim, já no século XX, também criticava remissões equivocadas a Darwin que defendiam a inferioridade de índios, negros e mestiços com fins de justificar a exploração social. O mesmo autor, aliás, atribuía o empobrecimento da nação à exploração econômica colonial.

Sylvio Romero foi um dos primeiros a refletir sobre a pobreza como um problema social brasileiro, apontando causas econômicas e políticas: a concentração da posse da terra, a monocultura, a primitividade das técnicas de plantio e a atitude governamental que priorizava os produtos de exportação, a balança comercial e a obtenção de empréstimos no exterior para a construção de uma imagem modernizante (por meio de reformas urbanas, exposições, etc.)

Nas primeiras décadas do século XX, o pensamento sanitarista surgiu como importante elemento ideológico no projeto de construção nacional da República Velha. Além de avanços na área médica, os sanitaristas enviados em expedições a diversos pontos do território nacional – seja para acompanhar obras de infra-estrutura (estradas de ferro, hidroelétricas, linhas de telégrafo, etc.) ou para tratar de epidemias (como de malária e peste bubônica) – produziram e divulgaram em seus relatórios informações sobre os costumes e as dificuldades dos moradores dos sertões. As conclusões dos relatórios científicos absolviam o povo brasileiro de uma culpa racial, apontando as doenças e o abandono pelas políticas públicas como causas da improdutividade, da preguiça e da indolência. Como discurso oficial, o sanitarismo colocou a doença como o principal problema do país, e a ciência médica e as políticas públicas como remédio. Essa crença na ciência como solução para os problemas brasileiros foi compartilhada por parte

significativa da intelectualidade brasileira da época. Monteiro Lobato construiu uma expressão literária dessa crença. Trata-se da personagem Jeca Tatu, caboclo amarelo, faminto, cansado, sem ânimo, que depois de ser medicado e de começar a usar sapatos transforma-se em um trabalhador enérgico e se torna um rico fazendeiro, superando seu vizinho italiano.

Por outro lado, o discurso sanitarista funde-se ao racista em propostas de eugenia, na medida em que o sucesso no tratamento de grandes epidemias impulsionou a idéia de que era possível "curar as raças" e "sanear a nação". Emerge nas discussões médicas sobre raça a tese de que a degenerescência provocada pela miscigenação não seria irreversível. Receitava-se então educação e casamentos desejáveis para os mestiços "regeneráveis" e a esterilização dos "não-regeneráveis" - loucos, indigentes, doentes e criminosos. Sprandel ressalta que as teorias raciais permaneceram fortes, durante a década de 1920, como modelo explicativo da pobreza e do alegado fracasso nacional.

Nesse capítulo inicial, Sprandel mostra que a tendência dominante de interpretação da nação e de ação política era também a que fornecia o lugar mais freqüente da pobreza nos debates de então. Houve falas no sentido de localizar a pobreza como problema social - como as de Joaquim Nabuco, Sylvio Romero e Manuel Bomfim - mas predominava a naturalização desta como conseqüência do clima, da natureza pródiga, da doença e, principalmente, da degenerescência racial.

No segundo capítulo, Sprandel identifica mudanças significativas nas interpretações do Brasil e da sociedade brasileira ocorridas a partir de 1930. Tanto a consolidação de um sentimento nacional quanto a criação das primeiras universidades contribuíram para a decadência das teorias raciais e do evolucionismo como padrão explicativo do país. Emergem tentativas de explicação ou de compreensão histórica da Nação. São aí significativas as obras de Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior. A leitura de *Raízes do Brasil*, *Casa-grande & senzala* e *Formação do Brasil contemporâneo* trouxe para a intelectualidade brasileira novas reflexões direcionadas para a denúncia do preconceito racial, para a valorização dos negros e mestiços, para a crítica dos fundamentos patriarcais e agrários e para a análise das condições econômicas do país. Sprandel destaca a obra de Caio Prado Júnior por ser pioneira no Brasil na utilização do materialismo histórico como método de escrita da história, apontando a presença de "forças populares", "camadas oprimidas" ou "classes pobres" no Brasil colonial.

Em *Formação do Brasil contemporâneo* (de 1942), Prado analisa a colonização do Brasil como parte do movimento europeu de expansão do capitalismo, ou seja, como parte de um empreendimento comercial e não do esforço de formação de uma sociedade unitária. Nesse sentido, viu a grande lavoura de exportação como origem da estrutura social do país (isto é, de seu conjunto de relações sociais). Para Caio Prado, escravos e senhores eram "categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização" (apud : 75), e o restante da população, os homens pobres e livres, viveria em um "vácuo" entre essas duas categorias, sem posse de meios materiais nem ocupação definida. Segundo o autor, a situação colonial impediu o amadurecimento das classes populares, pois o *status* social do negro no sistema produtivo implicou sua inadaptação, e os homens livres pobres não participavam do sistema de produção e, por isso, não tinham capacidade revolucionária. Sprandel vê na obra de Caio Prado uma associação da categoria dos homens livres com a de lumpemproletariado, a massa de desvalidos e miseráveis, considerada conservadora e pouco confiável pelo pensamento marxista tradicional.

No que diz respeito ao abandono das teorias raciais nesse período, além do elogio à mestiçagem presente na obra de Gilberto Freyre, Sprandel aponta os estudos resultantes do Programa de Pesquisas sobre Relações Raciais no Brasil, concebido e patrocinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Após a Segunda Guerra Mundial, em um clima de repúdio ao nazismo, a Unesco interessa-se por uma produção intelectual que apontava a existência de uma democracia racial ou de um caráter brando e maleável das relações raciais no país. Com o objetivo de fornecer para o mundo um caso concreto que servisse como exemplo para a superação de conflitos raciais, a entidade patrocinou pesquisas sobre relações raciais realizadas nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo por cientistas sociais como Charles Wagley, Thales de Azevedo, Costa Pinto, Oracy Nogueira, Roger Bastide e Florestan Fernandes. O resultado das pesquisas frustrou as expectativas da Unesco, ao produzir um conjunto sistematizado de dados sobre o preconceito racial no Brasil. Entre esses estudos, Sprandel destaca os de Florestan Fernandes. Tendo a modernização como tema central de sua sociologia, Fernandes circunscreveu a questão racial na questão de classe, enfatizando os mecanismos de manutenção das distâncias entre os grupos sociais. A autora vê como uma das contribuições significativas de sua obra a comprovação, por meio do uso de

dados estatísticos e pesquisas de campo, de que negros e pardos formavam a maior parte da população pobre do país, apontando para desigualdades econômicas. Mas pondera que, por outro lado, essa perspectiva, que se fortificou na sociologia paulista, proporcionou o ocultamento do preconceito racial nas diferenças de classe.

Enfocando as novas abordagens surgidas com a institucionalização das ciências sociais no Brasil, Sprandel analisa o estudo de Antonio Candido sobre populações caipiras do interior de São Paulo. Partindo de uma abordagem voltada para aspectos qualitativos, para os pormenores e singularidades culturais como meio para chegar ao geral, Candido argumenta que o caipira viveria com um mínimo alimentar (o suficiente para a vida) correspondente a um mínimo social (uma forma de organização limitada à sobrevivência do grupo). Analisando determinantes econômicos e culturais, esse autor interpreta a inadaptação do caipira ao trabalho intenso e contínuo como implicação de sua desambição e imprevidência características, que se traduziam em uma "desnecessidade de trabalhar". Olhando para um contexto de modernização, em que os grupos caipiras são progressivamente incorporados à esfera de influência capitalista, Candido percebe que seus padrões mínimos são contrastados negativamente com aqueles que a civilização pode proporcionar e classificados como miseráveis. E conclui: "se encararmos a miséria do ângulo sociológico, como privação extrema dos bens considerados necessários a cada cultura, veremos com efeito, que ela existe por comparação" (*Os parceiros do Rio Bonito*, apud: 107).

Outro ponto central do segundo capítulo é o comentário sobre a obra e a atuação política de Josué de Castro. No entender de Sprandel, o médico pernambucano teve papel fundamental na mudança da forma de perceber a pobreza no século XX, obtendo respaldo até mesmo nos órgãos internacionais ligados à ONU, onde Josué de Castro desempenhou diversas funções – entre elas a de embaixador do Brasil na Organização e da presidente do conselho da Food and Agriculture Organization of the United Natios (FAO). Embora outros intelectuais brasileiros tivessem discorrido anteriormente sobre a alimentação (Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala*, por exemplo), Josué foi o primeiro a tomá-la como objeto central de investigação e a buscar respostas sobre o problema da fome e da subnutrição.

Por meio do "método geográfico interpretativo", Josué procurava identificar as causas sociais e naturais condicionantes do tipo de alimentação de diferentes grupos humanos, verificando, por outro lado, de que for-

mas as deficiências alimentares afetam sua estrutura econômica e social. Tendo analisado casos de populações de diversas localidades do Brasil e do mundo, Castro concluiu que os tipos de alimentação dependem mais de fatores socioculturais que naturais. Assim, a situação de fome no Nordeste é atribuída não à seca, mas ao complexo de alimentação nutricionalmente precário (baseado na farinha de mandioca) e à pobreza generalizada e progressiva que não forneceriam às suas populações energia necessária para o trabalho, nem o acúmulo de alimentos para enfrentar as longas estiagens. Dialogando com os sanitaristas dos anos 1910 e 1920, Josué procurou mostrar que o grande problema do Brasil era a fome, e não a doença. Refutando também interpretações racialistas, disse em *Geografia da fome* (publicado em 1946) que "a moleza do cabra de engenho, sua fatigada lentidão não é um mal de raça, mas um mal de fome" (apud: 86).

Para Castro, a fome era uma expressão trágica do subdesenvolvimento. Via o latifúndio, a monocultura e a economia destrutiva voltada para a exportação problemas históricos a serem enfrentados. Propunha como soluções a realização de uma reforma agrária e a promoção do desenvolvimento econômico e social direcionado para a distribuição de riqueza, acompanhada de investimentos de modo a corrigir desigualdades sociais e regionais. Considerava a alimentação dos brasileiros nutricionalmente precária em todas as regiões do país, mas classificou o Nordeste e a Amazônia como "manchas negras da fome".

Sua obra trouxe subsídios importantes para o surgimento de medidas estatais como o salário-mínimo – que foi calculado na década de 1930 com base em seus "inquéritos sociais" realizados no Rio de Janeiro e no Recife. Além disso, seus estudos sobre a fome no Brasil contribuíram para a construção de um discurso internacional sobre o "problema da fome", em grande medida apropriado por organismos internacionais. Entretanto, Josué de Castro foi exilado pelo regime militar instalado no país em 1964 e somente nos anos 1980 com a redemocratização, suas idéias puderam ser incorporadas à pauta de partidos políticos e de movimentos sociais no Brasil.

Sprandel ressalta como aspectos significativos desse período que vai dos anos 1930 aos 1950 o estabelecimento da influência marxista, tanto na obra de Caio Prado quanto na linhagem sociológica de Florestan, a ênfase na pesquisa de campo – isto é, no olhar para as particularidades dos contextos sociais – que emerge após a institucionalização das ciências sociais no

Brasil, e a preocupação com os problemas da modernização que perpassa as ciências humanas brasileiras nesse período.

O terceiro capítulo é dedicado às representações da pobreza em três contextos da segunda metade do século XX: as ciências sociais brasileiras desde a década de 1960, os discursos de organismos internacionais e os trabalhos da Comissão Mista de Combate à Pobreza do Congresso Nacional, realizada em 1999. Os pontos fundamentais do capítulo são a identificação do momento histórico em que a pobreza é posta como problema nacional e a crítica às análises da pobreza baseada em quantificações que tomam os números e os dados estatísticos como tradução imparcial da realidade social.

Nas décadas de 1960 e 1970, as ciências sociais brasileiras priorizaram os conceitos de classe e de estrutura social na definição de seus objetos de análise. Essa perspectiva tematizava freqüentemente a pobreza e a desigualdade social, na pauta do dualismo marxista que opunha classe *versus* classe, e classe *versus* Estado. As leituras mais tradicionais viam a luta de classes como único meio de superação dessas contradições e enfatizavam os estudos sobre o operariado brasileiro. Outras interpretações da teoria marxista – especialmente as vertentes que propunham a oposição democrática ao regime militar – viam a pobreza como um problema a ser resolvido pelo processo democrático e pela integração de novas formas de participação política e davam especial atenção aos movimentos sociais e ao sindicalismo.

Na década de 1980, as reflexões das ciências sociais sobre a pobreza, até então dominadas pelas análises marxistas, incorporam reivindicações por cidadania e por um modelo de nação que incluísse os pobres. Extrapolando o campo acadêmico das ciências sociais, Sprandel afirma que, na virada da década de 1980 para a de 1990, a pobreza passa a ser caracterizada como "questão social" e problematizada em relação aos dilemas e impasses da construção de uma sociedade democrática após duas décadas de governos militares. Assim, o contexto de elaboração da Constituição de 1988 envolveu debates sobre a ampliação da cidadania e sobre as políticas públicas eficazes no combate à pobreza voltadas para a construção de uma sociedade menos injusta e mais igualitária.

A autora ressalta o papel da ação da Cidadania Contra a Miséria e Pela Vida no início dos anos 1990. A campanha da Fome, como ficou conhecida, colocou a questão da pobreza definitivamente no centro do debate político no que diz respeito tanto ao enfrentamento desta por meio da realização a longo prazo de mudanças estruturais quanto pelo combate emergencial à fome – que,

visto muitas vezes como mero assistencialismo, é defendido como parte do projeto mais amplo de transformação social. Liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, a campanha colocava o problema da miséria como um problema ético, interpelando a população para um "senso de responsabilidade pública e obrigação social" (: 125). A campanha notabilizou-se pela gigantesca mobilização social que conseguiu realizar e por seu caráter suprapartidário e não classista. Dedicou-se à arrecadação e distribuição de alimentos, mas também à discussão de políticas sociais, de alternativas de associação entre Estado e sociedade, do papel da iniciativa privada e das Organizações Não Governamentais (ONGs) na construção da cidadania. Segundo Sprandel, as questões e as discussões sobre os "pobres" e sobre a "pobreza" que despertaram o interesse nacional na década de 1990 faziam parte mais de um debate político do que intelectual.

No que diz respeito ao campo acadêmico das décadas de 1970 a 1990, os estudos sobre a "pobreza" tiveram presença marcante em outras disciplinas que não a sociologia e a antropologia, sobretudo em análises econômicas sobre mercado de trabalho, que enfatizavam questões relativas a desemprego, subemprego e trabalho informal. Entre diferentes correntes de produção acadêmica das ciências sociais, Sprandel dá especial importância a estudos antropológicos realizados a partir da década de 1970 sobre "campesinato", "classes populares", "violência" e "cidadania" e outros que tomavam comunidades pobres como objeto específico. Diversos desses estudos ressaltaram diferenciações significativas internas à própria classe social. Destaco, entre estes, o estudo de Alba Zaluar sobre "trabalhadores pobres" da Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Nele, Zaluar preferiu não definir os grupos estudados por meio de classificações objetivas exteriores, como renda familiar ou tipo de ocupação. Essa autora criticou representações da pobreza então preponderantes na produção intelectual brasileira, segundo as quais faltaria aos pobres uma consciência de classe e eles nunca teriam ocupado o lugar de agentes transformadores, sendo também responsabilizados pela estagnação econômica e política do país. No entender de Sprandel, a grande contribuição de Zaluar foi trazer definitivamente a voz e a visão do pobre sobre si mesmo, sua condição econômica e as diferenças sociais que permeiam seu cotidiano.

No mesmo sentido, Sprandel critica o uso, em estudos recentes, dos conceitos de "pobreza" e "exclusão" como categorias analíticas para compreender a realidade social brasileira e das populações que se quer designar por meio delas – fazendo uma ressalva ao fato de que "pobre" ou "pobreza"

podem constituir categorias nativas relevantes. Para a autora, esses conceitos não consideram as representações dos atores sociais a respeito de suas próprias vidas, e não comportam as identidades, diferenciações e hierarquias próprias de cada situação social. Ou, posso dizer, "pobreza" e "exclusão" são caracterizações externas que não dão conta da complexidade dos significados postos em jogo nas situações empíricas.

Na última década do século XX, a antropologia e a sociologia brasileiras optam claramente por abordagens qualitativas, enquanto as análises quantitativas predominam como prerrogativa de estudos de economistas e técnicos do governo. Abordando os debates acerca da validade e da compatibilidade entre abordagens quantitativas e qualitativas, Sprandel dirige duras críticas aos trabalhos de economistas que definem a pobreza a partir de indicadores numéricos. Toma como exemplo estudos de pesquisadores[1] ligados ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Desigualdade (Nied), vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro, que formulam instrumentos de análise como "linha de indigência" (referente à "estrutura de custos" locais de uma cesta alimentar que satisfaça as necessidades calóricas mínimas individuais) e "linha de pobreza" (que considera dentre os gastos com alimentação outras despesas básicas como habitação e transporte). Sprandel acusa esses estudiosos de consagrar o dado numérico para além de sua instrumentalidade, criando uma ilusão de que os números são isentos de valoração, e portanto epistemologicamente diferentes da linguagem figurativa. Citando Poovey, afirma que é essa relação entre números e imparcialidade, pretendida na formulação do fato moderno, que o torna central no universo de elaboração de políticas públicas (: 137-138). Infelizmente, a autora não fornece ao leitor exemplos de como, no trabalho dos integrantes do Nied, se pretende conferir aos números esse papel de traduzir uma "realidade inconteste" (: 138) – função que extrapolaria sua "instrumentalidade" na compreensão de contextos sociais.

Sprandel dirige sua crítica à tomada dos indicadores numéricos como tradutores objetivos de realidades materiais, livres de crenças e de ideologias também aos discursos do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou Banco Mundial) do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). Estes

1. Trata-se de um artigo de Ricardo Paes de Barros, Ricardo Enriques e Rosane Mendonça, e de outros dois de Elisa Reis.

tratam a "pobreza" "de forma quase naturalizada, como um dado da realidade antigo no tempo e generalizado geograficamente" (: 138). A pobreza ou a temática social somente se consolidam nas agendas desses organismos internacionais na década de 1990, guiadas primordialmente, até então, pelas questões de desenvolvimento econômico.

É a partir desse momento que o Banco Mundial começa a considerar que a pobreza implica não apenas em um desenvolvimento humano inadequado, mas na vulnerabilidade e na falta de voz, de poder e de representação, propondo então políticas de *empowerment.* Também o FMI adota uma retórica de humanização da globalização, apesar de continuar inabalável na defesa do livre mercado. Em seu relatório de 1990, o Pnud utiliza um novo indicador de pobreza, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que se baseia em três variáveis: longevidade (expectativa de vida), nível educacional e um indicador de renda, marcando uma diferença em relação ao Banco Mundial, que priorizava esse último fator. Contrapondo-se ao Bird e ao FMI, que enfatizam o desenvolvimento econômico, o Pnud considera que não há uma relação direta entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano, e passa a defender a necessidade de políticas de distribuição dos benefícios do crescimento econômico de cada país e de subsídios sociais para os pobres.

Sprandel relata que, na tentativa de construir discursos específicos sobre a "pobreza" no Brasil, o Pnud e o Bird enviam pesquisadores ao país a fim de treinar equipes nacionais para a obtenção de dados que serão analisados "a partir de uma base metodológica pré-definida e universal" (: 144). Assim, as matrizes conceituais e metodológicas das pesquisas desses organismos internacionais dão espaço reduzido para a contextualização. Nesse sentido, Sprandel afirma que as pesquisas dessas entidades

> identificam "os pobres" a partir de cálculos matemáticos de linhas de pobreza. Mesmo o conceito de "desenvolvimento humano", aparentemente mais subjetivo do que os indicadores de renda, é obtido através de uma fórmula matemática (...). Uma vez identificados, "os pobres", são analisados de forma quase acachapante, como fossem internamente homogêneos e politicamente isolados (: 148).

Segundo Sprandel, as discussões sobre pobreza no Brasil no final da década de 1990 seguiram a pauta dos organismos internacionais. É o que ela mostra em sua análise dos discursos e representações sobre a pobreza no contexto da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional que

funcionou entre dezembro e março de 1999 e ficou conhecida como Comissão Mista de Combate à Pobreza. A Comissão originou-se a partir de proposta do Senador Antônio Carlos Magalhães (do Partido da Frente Liberal) de criação do Fundo Nacional de Combate à Pobreza. Com base em dados do Pnud, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Banco Mundial, o senador baiano falava do Brasil como um país rico (uma das dez nações com maior Produto Interno Bruto (PIB)), mas com uma desigualdade social gritante. A fala de Antônio Carlos Magalhães apresentou uma ambivalência que seria marcante nos discursos da Comissão (especialmente no que diz respeito aos parlamentares de "direita") entre o tratamento tradicional à questão da pobreza, marcado por uma concepção hierárquica e pela busca de reciprocidades políticas, e a incorporação de conceitos e interpretações modernas, manifesta na utilização dos dados estatísticos.

Sprandel ressalta que, nos debates despertados na Comissão, as opiniões de "esquerda" e de "direita" não estavam longe de formar blocos uniformes. Entre os parlamentares de esquerda emergem questionamentos acerca da oposição entre políticas assistencialistas, que contribuíam para a manutenção da pobreza, e lutas por mudanças estruturais com o objetivo de superá-la. Dentre estas, seriam citadas: reforma agrária, reforma da previdência, melhoria dos serviços públicos de saúde e educação, renegociação da dívida externa, e um salário-mínimo justo. Vários parlamentares de "esquerda" opuseram-se aos trabalhos da Comissão e à criação do Fundo de Combate à Pobreza por considerá-los parte de uma perspectiva "assistencialista" e "compensatória". Outros esquerdistas defendiam a importância dessas iniciativas e a possibilidade de inseri-las em projetos de transformação estrutural, clamando para que isso fosse feito em "parceria com a sociedade civil" (: 152).

A autora destaca entre os trabalhos da Comissão, as conferências realizadas por economistas do Ipea e de universidades, e por representantes do governo federal e da sociedade civil. A maioria destes, especialmente os economistas, procurava definir "os pobres" por meio de "linhas" de "pobreza" e de "indigência" calculadas com base em um consumo mínimo de calorias diárias por indivíduo. De maneira geral, esses discursos apontavam a deficiência dos programas assistenciais baseados na distribuição de alimentos, por serem economicamente ineficientes e insuficientes em termos nutricionais. Colocavam como causas da pobreza a não propriedade dos meios de produção e a falta de qualificação profissional e de emprego, afir-

mando então a necessidade tanto de medidas emergenciais quanto da indução de mudanças a longo prazo, em especial o fornecimento de terra, capital e educação para as populações pobres, o que lhes colocaria melhores condições de geração de renda. E, principalmente, diziam que os recursos governamentais destinados pelo governo federal para a "área social" (21% do PIB) eram suficientes, mas estavam sendo mal "focalizados", sendo paradoxalmente destinados aos 40% mais ricos da população.

O relatório final da Comissão, embora indicasse a má focalização dos gastos governamentais com a área social, sugeriu a criação do Fundo Nacional de Combate à Pobreza, o que oneraria ainda mais os contribuintes. Os parlamentares de oposição protestaram contra o conteúdo do relatório, argumentando que este não assumia a pobreza e a desigualdade social como implicações diretas do processo de desenvolvimento capitalista no Brasil e não colocava a construção de condições de cidadania como prioridade.

Sprandel entende que os trabalhos da Comissão consagraram a "pobreza" não apenas como problema nacional, mas como um "problema técnico", passível de ser contornado com uma melhor focalização de recursos e redistribuições orçamentárias. Para a autora, predominaram na comissão os discursos dos organismos internacionais (que colocam uma pobreza "vazia de significados") e

> uma aceitação naturalizada da relação entre números e realidades observadas, de tal forma que as últimas não precisam ser descritas ou narradas. Não é à toa que o que sobrou de seus trabalhos foram justamente números. (...) Um resultado muito pobre para os trabalhos de uma comissão que poderia, no final do século XX, ter acumulado a riqueza e a diversidade de mais de cem anos de debates políticos e acadêmicos sobre o tema (: 174).

Sprandel percebe que a pobreza tornou-se problema nacional somente na medida em que passou a ser tratada como problema mundial, o que marca com nitidez a influência dos organismos internacionais nesses debates. Essa influência é visível também na adoção de uma "noção da pobreza tecnificada e globalizada, sem passado e sem contextualizações" (: 179) percebida nos discursos da comissão. Deve-se dizer, porém, que o objetivo da autora de "elucidar" o processo de construção da pobreza como problema é apenas parcialmente cumprido. Embora aponte com pertinência para mudanças históricas dos discursos e representações sobre a pobreza, ela não analisa propri-

amente tais processos históricos – o que implicaria uma identificação mais demorada e complexa de agentes e fatores sociais, e de vínculos dessas mudanças com transformações culturais e políticas mais amplas. Mesmo assim, seu olhar para o passado não é em vão. Se a tônica do livro não é a compreensão das mudanças históricas, a comparação dos discursos sobre a pobreza no Brasil em diferentes contextos históricos mostra-se produtiva.

Sprandel conclui que a definição da pobreza fundamentada pelas quantificações e pela idéia de que os números representam objetivamente fatos e realidades materiais cria uma representação "despolitizada". Isso fica claro na comparação com as ideologias abordadas nos capítulos anteriores. Basta lembrar os debates sobre eugenia do início do século passado, os inquéritos sociais de Josué de Castro ou as abordagens marxistas baseadas no conceito de classe social. Bem ou mal, todas elas eram explicitamente vinculadas a projetos políticos que iam da construção da nação à revolução socialista. Já discurso quantificador acadêmico e burocrático, entendo, tem como parte de sua própria dimensão política afirmar-se como meramente "técnico", fundamentando sua ação em um argumento de neutralidade.

Além disso – e esse é um ponto essencial da crítica dirigida por Sprandel – a visão objetivicante das realidades sociais imbricada no fato moderno aí constituído ignora particularidades e diferenciações que somente podem ser compreendidas por meio de uma interpretação que se coloque mais próxima dos contextos sociais, e que mantenha-se apegada ao qualitativo, como diria Antonio Candido. É portanto imprescindível, tanto para os projetos de compreensão das ciências sociais quanto para a formulação de políticas públicas dirigidas ao "problema da pobreza", que sejam consideradas não apenas a multiplicidade de contextos socioculturais encampados pela categoria "pobres", mas também que se leve em conta os valores, visões de mundo, expectativas e auto-representações daqueles que são assim classificados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SPRANDEL, Marcia Anita. 2004. *A pobreza no paraíso tropical*: interpretações e discursos sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.